



Exmo. Sr. Presidente da FPF  
Exmo. Sr. Presidente do CA

Os últimos meses da arbitragem portuguesa têm sido de agitação e instabilidade. Desta feita, mais do que o tradicional ruído vindo do exterior, é de dentro das próprias estruturas federativas que se manifestam divergências, intrigas e suspeições. É inegável o impacto destes episódios, quase todos eles laterais ao quadro de árbitros e video-árbitros, mas com efeito direto no trabalho que se manifesta nos relvados e nas salas de VAR. O serviço prestado ao futebol, há que admiti-lo, piorou.

Como sabem e por certo reconhecem, o SC Braga tem acompanhado este período com interesse e diligência, mas também com recato externo e responsabilidade institucional. Apesar de reconhecer a gravidade das suspeições e dos factos indiciados, o SC Braga tem evitado contribuir para o clamor público, reclamando por esclarecimentos definitivos sem deixar de admitir dúvidas razoáveis, que urge dissipar.

Perante o quadro de todos conhecido, e depois de uma longa paragem competitiva também ela muito ruidosa e com o sector e as suas lideranças amplamente expostas, era de prever e acautelar as máximas condições para que o contexto não desaguasse, no regresso dos campeonatos, em falhas flagrantes com impacto na verdade desportiva. Infelizmente, tal não aconteceu.

Esta sexta-feira, ao minuto 49 do SC Braga x Sporting CP, e num momento em que o resultado era de 1-0, há uma evidente grande penalidade a favor da equipa visitada que o árbitro não consegue vislumbrar em campo, condicionado pela rapidez da jogada e pelo movimento do jogador que defende. O próprio árbitro interrompe o jogo segundos depois, aguardando esclarecimentos do VAR, cuja falha, essa sim, é inadmissível. Um erro flagrante, com impacto no resultado, adulterou o jogo de cartaz da jornada.

O SC Braga assinalou de imediato este erro e reportou-o, cuidando que a liderança do sector pudesse dar a devida importância ao acompanhamento das competições e do seu quadro de árbitros e vídeo-árbitros. Para nosso absoluto



espanto, encontrámos no final do jogo o Presidente do Conselho de Arbitragem num estúdio de televisão, diante de um painel de jornalistas e comentadores, exaltado perante notícias e comentários sobre a sua vida particular e a sua situação patrimonial. Um espectáculo surrealista, completamente alheado da função que Luciano Gonçalves desempenha, e esclarecedor sobre o foco da liderança que, no rescaldo de um jogo capital com erro decisivo, protagoniza um momento televisivo que perdurará no anedotário do futebol nacional.

É inegável que o cidadão Luciano Gonçalves terá todo o direito à sua reputação, ao seu bom nome e à defesa da sua esfera familiar, mas a importância do cargo que assume não se suspende por conveniência pessoal. Por mais respeitáveis que sejam as suas motivações individuais, o que o Presidente do Conselho de Arbitragem ontem transmitiu ao seu quadro e ao futebol em geral, minutos depois de um jogo de enorme importância, é que não está a liderar o sector que dirige e não está em condições de cumprir a sua função.

A presente missiva, da qual será dado conhecimento público, é o alerta derradeiro para que a Federação Portuguesa de Futebol, a sua Direção e o seu Conselho de Arbitragem reconheçam a gravidade do contexto criado e do efeito de contágio que ele tem sobre o sector, a sua estabilidade e a qualidade das decisões tomadas em jogo, bem como a respetiva análise e aprendizagem. Aqui chegados, e sob pena de escalada, reclamam-se medidas imediatas que garantam à arbitragem as condições mínimas e a salvaguarda das competições.

Melhores cumprimentos,

António Salvador